



EXCELENTESSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUÍZ(A) DE DIREITO DA COMARCA DE ASSÚ/RN.

JOSÉ MARIO DE ARAÚJO, brasileiro, solteiro, desempregado, RG 002.681.386, inscrito no CPF sob nº 052.422.654-77, residente e domiciliado na Rua Carlos Rodrigues, nº 298, Alto do Rodrigues/RN, CEP 59.507-000 ,por sua advogada devidamente constituída pelo mandato anexo, com escritório profissional situado na Praça da Rosário, nº 39, sala 107, Centro, Assú/RN, CEP: 59.650-000, onde recebe suas intimações e notificações, e-mail: suenigouveia@hotmail.com, vem respeitosamente perante Vossa Excelência para propor a presente

ACÃO DE COBRANÇA
(SEGURO DPVAT)

Em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de Direito Privado, estabelecida na Rua da Assembléia, nº 100, 16º andar, Ed. City Tower, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.011-000, na pessoa de seus representantes legais, expondo a seguir os fatos e fundamentos do presente pedido, que vão adiante aduzidos.

I – DA JUSTIÇA GRATUITA

Esclarece o Autor que é pessoa pobre na acepção jurídica do termo, está DESEMPREGADO, não estando em condições de arcar com as custas processuais e honorários sem sacrifício do sustento próprio e de seus familiares, motivo pelo qual, pede que lhe conceda os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, nos termos das Leis 5.584/70 e 1.060/50, com a redação que lhe deu a Lei 7.510/86 e alterações da Lei 13.105/15.

1 de 11

M F Empresarial
Praça do Rosário, nº 39, Sala 107, Centro, Assú/RN, CEP: 59650-000.
Contatos: (84) 99993-6867. E-mail: suenigouveia@hotmail.com



Assinado eletronicamente por: SUENI BEZERRA DE GOUVEIA - 27/12/2019 14:09:14
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19122714091384800000050276155>
Número do documento: 19122714091384800000050276155

Num. 52110591 - Pág. 1



II- DA COMPETÊNCIA

Disciplina o art. 53, inciso IV, alínea “a” e inciso V , do CPC , que é competente o foro :

IV - do lugar do ato ou fato para a ação:

a) de reparação de dano;

V - de domicílio do autor ou do local do fato, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, inclusive aeronaves.

III - DOS FATOS

O Autor foi vítima de um grave acidente de trânsito ocorrido em 15.05.2019 na estrada do “Rio Assú”, entre as cidades de Assú e Ipanguaçu, ocasião em que ao cair em um buraco, se desequilibrou e caiu de sua motocicleta, tudo de conformidade com o que consta do Boletim de Ocorrência protocolo nº J2019091000726 anexo a presente.

Em decorrência do acidente e da gravidade das lesões sofridas, foi direcionado ao Hospital Walfredo Gurgel, e posteriormente a Prontoclínica Dr. Paulo Gurgel onde permaneceu internado para realizar cirurgia.

Sofreu intervenção cirúrgica em razão de fratura de tornozelo esquerdo bimaleolar, com fixação de placas e 06(seis)parafusos lateral e fixação do maléolo médio com 02(dois) parafusos e 02 (dois) arruelas, bem como reparo de lesão ligamentar de deltóide .

Em razão das sequelas do acidente apresenta limitação importante na deambulação , com CID 10: S826, Z988 , conforme atestado médico emitido por Dr. Dyenno de C. Andrade-CRM/RN 6595.

Sendo, portanto, confirmada a sequela com perda de autonomia funcional conforme comprovam laudos e atestados em anexo a presente, o autor requereu administrativamente a indenização DPVAT, sinistro nº 3170629991, enviando toda a documentação exigida pela seguradora Ré comprovando o acidente de trânsito e sequelas dele decorrentes, tendo recebido R\$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) a título de indenização pelo danos corporais.

Por entender que a indenização paga na via administrativa é inferior as sequelas decorrentes do acidente, busca a via judicial e para tanto requer a designação de perícia médica judicial e imparcial para aferir o grau de invalidez com consequente condenação ao pagamento da indenização devida.

2 de 11

M F Empresarial
Praça do Rosário, nº 39, Sala 107, Centro, Assú/RN, CEP: 59650-000.
Contatos: (84) 99993-6867. E-mail: suenigouveia@hotmail.com



Assinado eletronicamente por: SUENI BEZERRA DE GOUVEIA - 27/12/2019 14:09:14
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19122714091384800000050276155>
Número do documento: 19122714091384800000050276155

Num. 52110591 - Pág. 2

VI - DO DIREITO

Os documentos anexados nesta exordial (B.O, prontuário hospitalar e atestado médico) provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

O art. 3º, II, da Lei 6.194/74 diz que a indenização por invalidez permanente total é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, pode ser menor, em caso de invalidez parcial ou pode atingir seu valor máximo, no caso de invalidez permanente .

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;
(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e
(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

A Lei nº 11.945/2009 não diminuiu o valor máximo que poderá ser pago nos casos de invalidez permanente, apenas definiu os percentuais previstos na tabela que deverão ser aplicados em caso de invalidez parcial, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, de acordo com §1º do art.3º da Lei 6.194/74.

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:
(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

3 de 11

M F Empresarial
Praça do Rosário, nº 39, Sala 107, Centro, Assú/RN, CEP: 59650-000.
Contatos: (84) 99993-6867. E-mail: suenigouveia@hotmail.com



Assinado eletronicamente por: SUENI BEZERRA DE GOUVEIA - 27/12/2019 14:09:14
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19122714091384800000050276155>
Número do documento: 19122714091384800000050276155

Num. 52110591 - Pág. 3

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

A jurisprudência do Egrégio Tribunal do RN já se posicionou acerca do tema neste mesmo sentido em recentes julgados que abaixo transcrevemos:

Apelação Cível

Processo: 2016.011126-1

Julgamento: 14/03/2017 Órgão Julgador: 2ª Câmara Cível :

EMENTA: DIREITO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. PLEITO DE INDENIZAÇÃO INTEGRAL. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. APELAÇÃO CÍVEL. REQUERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE VALOR INDENIZATÓRIO PROPORCIONAL À INVALIDEZ PERMANENTE ANTE A EXISTÊNCIA DE PEDIDO MAIS ABRANGENTE. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA. ANULAÇÃO DA SENTENÇA QUE SE IMPÕE. 1. No caso sub judice, tendo o recorrente postulado o valor indenizatório integral e requerido a produção de prova pericial, é plenamente possível a realização de perícia médica a fim de verificar a existência de valores remanescentes a serem pagos pela recorrida a título de Seguro DPVAT, proporcionalmente ao grau da debilidade permanente a ser constatada. 2. NO caso, o reconhecimento da existência de valores remanescentes a título de Seguro DPVAT não configura julgamento extra petita na medida em que tal indenização, proporcional à invalidez permanente, está contida em pedido mais abrangente, qual seja, o pleito de indenização integral. 3. Precedentes do TJRN (AC nº 2014.011916-8, Rel. Desembargador Amaury Moura Sobrinho, 3ª Câmara Cível, j. 27/01/2015; AC nº 2014.020659-5, Rel. Desembargador João Rebouças, 3ª Câmara Cível, j. 24/02/2015; AC nº 2014.016587-3, Rel. Desembargador Cláudio Santos, 3ª Câmara Cível, j. 16/12/2014). 4. Conhecimento e provimento do recurso de apelação. GRIFO NOSSO

EMENTA: CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. FIXAÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO PROPORCIONAL À INVALIDEZ. RECURSO REPETITIVO Nº 1.246.432/RS E SÚMULA 474 DO STJ. PRETENSÃO DE INDENIZAÇÃO INTEGRAL, IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO SEM REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA. NULIDADE DA SENTENÇA QUE DEIXOU DE ANALISAR A REPERCUSSÃO DA LESÃO DO AUTOR. DECISÃO EXTRA PETITA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. PEDIDO MAIS ABRANGENTE ENVOLVE O MENOR. ANULAÇÃO DA SENTENÇA QUE SE IMPÕE. RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM PARA REGULAR PROSSEGUIMENTO DO FEITO.





APELO CONHECIDO E PROVIDO. (TJRN, AC nº 2014.016587-3, Rel. Desembargador Cláudio Santos, 3ª Câmara Cível, j. 16/12/2014)

Processo: 2015.000484-6

Julgamento: 02/02/2016

Órgão Julgador: 2ª Câmara Cível

Classe: Apelação Cível

EMENTA: DIREITO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. PLEITO DE INDENIZAÇÃO INTEGRAL. SENTença DE IMPROCEDÊNCIA. APELAÇÃO CÍVEL. REQUERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE VALOR INDENIZATÓRIO PROPORCIONAL À INVALIDEZ PERMANENTE ANTE A EXISTÊNCIA DE PEDIDO MAIS ABRANGENTE. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA. ANULAÇÃO DA SENTENÇA QUE SE IMPÕE. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA REGULAR PROSEGUIMENTO DO FEITO. APELO CONHECIDO E PROVIDO. 1. No caso sub judice, tendo o recorrente postulado o valor indenizatório integral e requerido a produção de prova pericial, é plenamente possível a realização de perícia médica a fim de verificar a existência de valores remanescentes a serem pagos pela recorrida a título de Seguro DPVAT, proporcionalmente ao grau da debilidade permanente a ser constatada. 2. O reconhecimento da existência de valores remanescentes a título de Seguro DPVAT não configura julgamento extra petita na medida em que tal indenização, proporcional à invalidez permanente, está contida em pedido mais abrangente, qual seja, o pleito de indenização integral. 3. Precedentes do TJRN (AC nº 2014.011916-8, Rel. Desembargador Amaury Moura Sobrinho, 3ª Câmara Cível, j. 27/01/2015; AC nº 2014.020659-5, Rel. Desembargador João Rebouças, 3ª Câmara Cível, j. 24/02/2015; AC nº 2014.016587-3, Rel. Desembargador Cláudio Santos, 3ª Câmara Cível, j. 16/12/2014). 4. Conhecimento e provimento do recurso de apelação.

Processo: 2014.019280-1

Julgamento: 14/04/2015

Órgão Julgador: 2ª Câmara Cível

Classe: Apelação Cível

EMENTA: DIREITO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. PLEITO DE INDENIZAÇÃO INTEGRAL. SENTença DE IMPROCEDÊNCIA. APELAÇÃO CÍVEL. REQUERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE VALOR INDENIZATÓRIO PROPORCIONAL À INVALIDEZ PERMANENTE ANTE A EXISTÊNCIA DE PEDIDO MAIS ABRANGENTE. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA. ANULAÇÃO DA SENTENÇA QUE SE IMPÕE. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA REGULAR PROSEGUIMENTO DO FEITO. APELO CONHECIDO E PROVIDO. 1. No caso sub judice, tendo o recorrente postulado o valor indenizatório integral e requerido a produção de prova pericial, é plenamente possível a realização de perícia médica a fim de verificar a existência de valores remanescentes a serem pagos pela recorrida a título de Seguro DPVAT, proporcionalmente ao grau da debilidade permanente a ser constatada. 2. O reconhecimento da existência de valores remanescentes a título de Seguro DPVAT não configura julgamento extra petita na medida em que tal indenização, proporcional à invalidez permanente, está contida em pedido mais abrangente, qual seja, o pleito de indenização integral. 3. Precedentes do TJRN (AC nº 2014.011916-8, Rel. Desembargador Amaury Moura Sobrinho, 3ª Câmara Cível, j. 27/01/2015; AC nº 2014.020659-5, Rel. Desembargador João Rebouças, 3ª Câmara Cível, j. 24/02/2015; AC nº 2014.016587-3, Rel. Desembargador Cláudio Santos, 3ª

5 de 11

M F Empresarial
Praça do Rosário, nº 39, Sala 107, Centro, Assú/RN, CEP: 59650-000.
Contatos: (84) 99993-6867. E-mail: suenigouveia@hotmail.com



Assinado eletronicamente por: SUENI BEZERRA DE GOUVEIA - 27/12/2019 14:09:14
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19122714091384800000050276155>
Número do documento: 19122714091384800000050276155

Num. 52110591 - Pág. 5



Câmara Cível, j. 16/12/2014). 4. Conhecimento e provimento do recurso de apelação. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES (DPVAT). AUSÊNCIA DE LAUDO PERICIAL QUE ATESTE A DEBILIDADE PERMANENTE E SEU PERCENTUAL. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO SUPOSTAMENTE INFERIOR AO MONTANTE DEVIDO. FIXAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO SEM REALIZAÇÃO DE PERÍCIA TÉCNICA. INOBSERVÂNCIA DA PROPORCIONALIDADE DA LESÃO SOFRIDA PELO ORA RECORRIDO. REQUERIMENTO DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA TÉCNICA FORMULADO POR AMBAS AS PARTES. JULGAMENTO ANTECIPADO D Relator: Juíza Berenice Capuxu (Convocada)

Apelação Cível nº 2015.000484-6

Origem: 15ª Vara Cível da Comarca de Natal/RN

Apelante: Eliane Cabral da Silva

Advogado: Gustavo Rodrigo Maciel Conceição

Apelado: Bradesco Auto/Re Cia de Seguros S.A.

Advogados: Samuel Marques Custódio de Albuquerque e outro

Relator: Desembargador Virgílio Macêdo Jr.

EMENTA: DIREITO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. PLEITO DE INDENIZAÇÃO INTEGRAL. SENTença DE IMPROCEDÊNCIA. APELAÇÃO CÍVEL. REQUERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE VALOR INDENIZATÓRIO PROPORCIONAL À INVALIDEZ PERMANENTE ANTE A EXISTÊNCIA DE PEDIDO MAIS ABRANGENTE. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA. ANULAÇÃO DA SENTença QUE SE IMPõe. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA REGULAR PROSEGUIMENTO DO FEITO. APELO CONHECIDO E PROVIDO.

1. No caso *sub judice*, tendo o recorrente postulado o valor indenizatório integral e requerido a produção de prova pericial, é plenamente possível a realização de perícia médica a fim de verificar a existência de valores remanescentes a serem pagos pela corrida a título de Seguro DPVAT, proporcionalmente ao grau da debilidade permanente a ser constatada.

2. O reconhecimento da existência de valores remanescentes a título de Seguro DPVAT não configura julgamento *extra petita* na medida em que tal indenização, proporcional à invalidez permanente, está contida em pedido mais abrangente, qual seja, o pleito de indenização integral.

3. Precedentes do TJRN (AC nº 2014.011916-8, Rel. Desembargador Amaury Moura Sobrinho, 3ª Câmara Cível, j. 27/01/2015; AC nº 2014.020659-5, Rel. Desembargador João Rebouças, 3ª Câmara Cível, j. 24/02/2015; AC nº 2014.016587-3, Rel. Desembargador Cláudio Santos, 3ª Câmara Cível, j. 16/12/2014).

4. Conhecimento e provimento do recurso de apelação.

Apelação Cível nº 2014.022559-5

Origem: 1ª Vara Cível da Comarca de Pau dos Ferros/RN

Apelante: Damião Giliard de Oliveira

Advogado: Dartwanz Wamberto Barbosa Sales

Apelado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.A.

Advogado: Rostand Inácio dos Santos

Relator: Desembargador Virgílio Macêdo Jr.

EMENTA: DIREITO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. PLEITO DE INDENIZAÇÃO INTEGRAL. SENTença DE IMPROCEDÊNCIA. APELAÇÃO CÍVEL. REQUERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE VALOR INDENIZATÓRIO PROPORCIONAL À INVALIDEZ PERMANENTE ANTE A EXISTÊNCIA DE PEDIDO MAIS ABRANGENTE. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE

6 de 11





SUENI GOUVEIA
OAB/RN 9010

PERÍCIA MÉDICA. ANULAÇÃO DA SENTENÇA QUE SE IMPÕE. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA REGULAR PROSEGUIMENTO DO FEITO. APELO CONHECIDO E PROVIDO.

1. No caso sub judice, tendo o recorrente postulado o valor indenizatório integral e requerido a produção de prova pericial, é plenamente possível a realização de perícia médica a fim de verificar a existência de valores remanescentes a serem pagos pela recorrida a título de Seguro DPVAT, proporcionalmente ao grau da debilidade permanente a ser constatada.
2. O reconhecimento da existência de valores remanescentes a título de Seguro DPVAT não configura julgamento extra petita na medida em que tal indenização, proporcional à invalidez permanente, está contida em pedido mais abrangente, qual seja, o pleito de indenização integral.
3. Precedentes do TJRN (AC nº 2014.011916-8, Rel. Desembargador Amaury Moura Sobrinho, 3ª Câmara Cível, j. 27/01/2015; AC nº 2014.020659-5, Rel. Desembargador João Rebouças, 3ª Câmara Cível, j. 24/02/2015; AC nº 2014.016587-3, Rel. Desembargador Cláudio Santos, 3ª Câmara Cível, j. 16/12/2014).
4. Conhecimento e provimento do recurso de apelação.

A propósito, colho os seguintes precedentes do Egrégio Superior Tribunal de Justiça acerca do tema:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. COMPETÊNCIA DO STF. DEFERIMENTO DE PEDIDO MENOS ABRANGENTE. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF.

1. Inviável a apreciação de ofensa a dispositivos constitucionais, uma vez que não cabe a esta Corte, em sede de recurso especial, o exame de matéria constitucional, cuja competência é reservada ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do artigo 102, inciso III, da Carta Magna. 2. Tendo o autor requerido, em sua petição inicial, a manutenção da sua aposentadoria integral, o deferimento de pedido menos abrangente, consubstanciado na concessão de aposentadoria com proventos proporcionais, não importa em julgamento extra petita. 3. Se nas razões do recurso especial a parte, apesar de apontar violação de legislação federal infraconstitucional, deixa de demonstrar no que consistiu a alegada ofensa, bem como não refuta os fundamentos utilizados pelo aresto recorrido, aplica-se, por analogia, o disposto na Súmula 284 do Excelso Pretório. 4. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, improvido." (REsp 1113667/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 06/10/2011, DJe 24/10/2011) (grifei)

"TRIBUTÁRIO. FINSOCIAL. DECISÃO EXTRA PETITA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. PEDIDO ABRANGENTE. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA.

1. O acórdão recorrido, soberano em matéria de fatos e provas, consignou que o pedido da parte foi no sentido da "inexigibilidade do recolhimento do FINSOCIAL", e, em consequência, abrangia todas as fundamentações que afastassem sua exigência, não se limitando tão só à inconstitucionalidade. 2. Não houve julgamento extra petita pelo tribunal de origem, nem pecou por omissão, uma vez que julgou a causa dentro dos limites postos pela exordial, em razão do pedido

7 de 11

M F Empresarial
Praça do Rosário, nº 39, Sala 107, Centro, Assú/RN, CEP: 59650-000.
Contatos: (84) 99993-6867. E-mail: suenigouveia@hotmail.com



Assinado eletronicamente por: SUENI BEZERRA DE GOUVEIA - 27/12/2019 14:09:14
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19122714091384800000050276155>
Número do documento: 19122714091384800000050276155

Num. 52110591 - Pág. 7



SUENI GOUVEIA
OAB/RN 9010

mais abrangente incluir o de menor abrangência. 3. Agravo regimental não provido." (AgRg no Ag 1237181/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/04/2010, DJe 29/04/2010) (grifei)

Mister é analisar a natureza do seguro obrigatório. De fato, e como ensina Elcir Castello Branco, o seguro obrigatório é uma garantia de que o Governo exige para proteger as vítimas, em razão do número crescente de eventos danosos, cf. "Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil", LEUD, 1976, p. 4.

Com efeito, o seguro obrigatório – ao contrário dos demais contratos desta natureza – é regulamentado por legislação específica, sendo a indenização tarifada e insuscetível de transação.

Correto então, afirmar que as partes não podem deliberar sobre os valores especificados em lei. A rigidez da norma legal, pela especificidade do seguro em análise, tem por objetivo a proteção da parte mais fraca da relação contratual, no caso o segurado.

De outra parte, entende-se por invalidez permanente total, em caráter definitivo, das funções de um membro ou órgão, em decorrência de acidente provocado por veículo automotor.

Conforme entendimento jurisprudencial dominante, também não é necessária a juntada na inicial do laudo de IML, uma vez que tal prova pode ser produzida posteriormente.

Neste sentido, válida as transcrições abaixo:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. LAUDO PERICIAL PRODUZIDO PELO INSTITUTO MÉDICO LEGAL. DOCUMENTO COLACIONADO AOS AUTOS. INDEFERIMENTO DA INICIAL POR AUSÊNCIA DE LAUDO COMPLEMENTAR. DOCUMENTO QUE NÃO É ESSENCIAL PARA A PROPOSITURA DA PRESENTE DEMANDA. POSSIBILIDADE DE REALIZAR PERÍCIA ATÉ A FASE INSTRUTÓRIA. PROCESSO INCLUSO NA PAUTA DO MUTIRÃO DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO DPVAT. REALIZAÇÃO DE LAUDO COMPLEMENTAR. AFRONTA AO DEVIDO POCESO LEGAL. AS PARTES NÃO SE PRONUNCIARAM SOBRE O NOVO LAUDO. JULGADOR QUE NÃO EXAMINOU O CONJUNTO PROBATÓRIO PRODUZIDO NOS AUTOS. RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO (AC 2011.003523-4, da 1ª Câmara Cível do TJRN, rel. Des. Dilermando Mota, j. 10.05.2011 – Destaque acrescido).

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. LAUDO PERICIAL PRODUZIDO PELO INSTITUTO MÉDICO LEGAL. DOCUMENTO QUE NÃO É ESSENCIAL PARA A PROPOSITURA DA PRESENTE DEMANDA. POSSIBILIDADE DE REALIZAR PERÍCIA ATÉ A FASE INSTRUTÓRIA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO (AI 2011.000608-2, da 1ª Câmara Cível do TJRN, rel. Des. Dilermando Mota, j. 03.05.2011 – Grifo intencional).

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES (DPVAT). INVALIDEZ PERMANENTE. COBRANÇA DA DIFERENÇA. APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELA

8 de 11

M F Empresarial
Praça do Rosário, nº 39, Sala 107, Centro, Assú/RN, CEP: 59650-000.
Contatos: (84) 99993-6867. E-mail: suenigouveia@hotmail.com



Assinado eletronicamente por: SUENI BEZERRA DE GOUVEIA - 27/12/2019 14:09:14
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1912271409138480000050276155>
Número do documento: 1912271409138480000050276155

Num. 52110591 - Pág. 8



SEGURADORA. MATÉRIA PREJUDICIAL: AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR.
DOCUMENTO ESSENCIAL AO CONHECIMENTO DO PEDIDO. LAUDO DO IML.
REJEIÇÃO. MÉRITO: COBRANÇA DE DIFERENÇA. POSSIBILIDADE. DATA DO FATO. APPLICABILIDADE DA LEI Nº 6.194/74, COM A APLICAÇÃO DA MP 340/2006, CONVERTIDA NA LEI Nº 11.482/2007. NOVO TETO DA INDENIZAÇÃO RECONHECIDO NA SENTEÇA ATACADA. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. DATA DO PAGAMENTO A MENOR. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DA APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO ADESIVO INTERPOSTO PELO AUTOR. PEDIDO PARA CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO EM VALOR CORRESPONDENTE A 40 SALÁRIOS MÍNIMOS. DATA DO FATO. IMPOSSIBILIDADE. APPLICABILIDADE DA LEI Nº 6.194/74, COM A REDAÇÃO DADA PELA MP 340/2006, CONVERTIDA NA LEI Nº 11.482/2007. PROPORACIONALIDADE ENTRE A LESÃO E O VALOR DA REPARAÇÃO. DATA DO SINISTRO. MEDIDA PROVISÓRIA 451/2008, POSTERIORMENTE CONVERTIDA NA LEI Nº 11.945/2009. APLICAÇÃO APENAS AOS SINISTROS OCORRIDOS APÓS A VIGÊNCIA DA MP. REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO, EM PARTE, DO RECURSO (AC nº 2009.012363-5, da 3ª Câmara Cível do TJRN, rel. Des. Amaury Moura Sobrinho, j. 22.04.2010 – Realce proposital).

Para definir o valor correto da indenização, se faz necessária prova das repercussões das lesões sofridas no acidente de trânsito, de modo que possa ser calculada a indenização devida, ônus do qual se desincumbiu o autor com a apresentação dos inclusos documentos médicos.

Ademais, a controvérsia sobre a proporcionalidade do valor indenizatório pago a título do Seguro DPVAT restou totalmente superada com o julgamento conjunto, em 23/10/2014, do Recurso Extraordinário nº 704520, com repercussão geral reconhecida, e das ADIs 4.350 e 4.627, corroborando posicionamento que havia sido firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.246.432.

O autor formula seu pedido dentro dos limites traçados pela legislação, onde implicitamente dentro do pedido maior e mais abrangente (indenização integral), está o pedido menor, não implicando em julgamento extra petita, pois, eventual deferimento de indenização de menor extensão, proporcionalmente ao grau da sequela a ser aferida em perícia médica, não afronta o art. 141 do CPC/15.

A referida invalidez trazida à baila necessita ser averiguada através de perícia médica judicial para fins de graduação, com o devido aferimento do total da indenização do Seguro DPVAT que deverá ser pago, requerendo prova pericial.

A despeito de o julgador não estar adstrito ao laudo, é inquestionável que, tratando-se de controvérsia cuja solução dependa de prova técnica por força do art. 156 do NCPC, imprescindível o deferimento da prova requerida.

9 de 11

M F Empresarial
Praça do Rosário, nº 39, Sala 107, Centro, Assú/RN, CEP: 59650-000.
Contatos: (84) 99993-6867. E-mail: suenigouveia@hotmail.com



Assinado eletronicamente por: SUENI BEZERRA DE GOUVEIA - 27/12/2019 14:09:14
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1912271409138480000050276155>
Número do documento: 1912271409138480000050276155

Num. 52110591 - Pág. 9

V - DA LEGITIMIDADE PASSIVA

A questão da legitimidade passiva de qualquer das Seguradoras que integram o convênio DPVAT é pacífica na Jurisprudência, como se vê da ementa do julgado do Colendo STJ, adiante transcrita:

RECURSO ESPECIAL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – VEÍCULO CAUSADOR DO ACIDENTE IDENTIFICADO – 1. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização em virtude do seguro obrigatório, pouco importando que o veículo esteja a descoberto, eis que a responsabilidade em tal caso decorre do próprio sistema legal de proteção, ainda que esteja o veículo identificado, tanto que a Lei comanda que a seguradora que comprovar o pagamento da indenização pode haver do responsável o que efetivamente pagou" (RESP nº 868.146/SP, 3ª Turma, da minha relatoria, DJ de 17/08/98). 2. Recurso Especial conhecido e provido. (STJ – RESP 325300 –ES – 3ª T. – Rel. p/o Ac. Min. Carlos Alberto Menezes Direito- DJU 01.07.2002). (GN) Ademais, houve requerimento administrativo junto à Requerida, negou-se a receber o requerimento administrativo visando a não efetuar o pagamento. Estabelecido o litígio, possível sua apreciação pelo Estado –Juiz, face ao princípio da Inafastabilidade do Judiciário (CF, art. 5º, XXXV). DOS JUROS MORATORIOS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA.

VI - DOS PEDIDOS

Pelo exposto, requer:

- a) A concessão do benefício da Justiça Gratuita, com base nas Leis nº 5.584/70 e 1.060/50, com a redação que lhe deu a Lei nº 7.510/86 e alterações da Lei 13.105/16;
- b) a citação da Seguradora Ré, na pessoa do seu representante legal, no endereço do preâmbulo, para, querendo, comparecer à audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento a ser designada por Vossa Excelência, bem como contestar a presente, sob pena de revelia e confissão de todos os fatos que lhe foram imputados, na forma da lei;
- c) o reconhecimento da aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor ao presente caso, declarando como sendo objetiva a responsabilidade da seguradora Ré;
- d) a total procedência da presente demanda para constatado após perícia médica judicial que a invalidez foi total ou parcial, **condenar ao pagamento de indenização proporcional ao grau**





da sequela, tudo de conformidade com a tabela de enquadramento da perda anatômica ou funcional;

- e) a condenação da Seguradora Ré ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação;
- f) **designação de perícia médica judicial, notadamente a firmada no convênio 001/2013 entre o Egrégio Tribunal de Justiça do RN e a seguradora Ré, para verificar o correto grau de invalidez, seja ela permanente ou parcial;**

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, em especial pela juntada de documentos, prova testemunhal, perícia médica judicial e demais que se fizerem necessárias ao deslinde do feito.

Dá-se a causa o valor de **R\$ 998,00(novecentos e noventa e oito reais)** para fins de alçada.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Assú/RN , 27 de dezembro de 2019.

SUENI BEZERRA DE GOUVEIA

OAB/RN 9.010

11 de 11

M F Empresarial
Praça do Rosário, nº 39, Sala 107, Centro, Assú/RN, CEP: 59650-000.
Contatos: (84) 99993-6867. E-mail: suenigouveia@hotmail.com



Assinado eletronicamente por: SUENI BEZERRA DE GOUVEIA - 27/12/2019 14:09:14
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1912271409138480000050276155>
Número do documento: 1912271409138480000050276155

Num. 52110591 - Pág. 11

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE(S):

JOSÉ MARIO DE ARAUJO RODRIGUES, brasileiro, solteiro, soldador, RG 2681386 SSP-RN , inscrita no CPF sob nº 052.422.654-77, com endereço no rua Carlos Rodrigues, nº 298, centro de Alto do Rodrigues/RN, CEP 59.507-000.

OUTORGADO(S): SUENI BEZERRA DE GOUVEIA, brasileira, casada, Advogada inscrita na OAB/RN sob o nº 9.010, com endereço profissional para receber as comunicações de quaisquer atos processuais no escritório de advocacia situado com endereço profissional na Avenida Luiz Lopes Varela, nº 409, Centro, Ceará-Mirim, CEP 59570-000.

PODERES: Confere(m) amplos, gerais e ilimitados poderes para o foro em geral, a fim de que, em conjunto ou separadamente, possa(m) realizar todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, propor quaisquer ações, defender-me(nos) nas que (nos)forem propostas, reconvir, promover quaisquer medidas cautelares, recorrer qualquer instância ou tribunal, arrolar, inquirir, contraditar e recusar testemunhas, produzir provas, arrazoar processos, requerer vistas dos mesmos, concordar com cálculos, custas e contas processuais, podendo ainda, fazer defesas prévias, alegações finais, formar os documentos necessários, requerer laudos, avaliações e perícias, bem como arguir suspeição, falsidade e exceção, propor /fazer acordo, renunciar, desistir, impugnar, firmar compromisso de inventariante, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, repartição pública e órgãos da administração pública, direta e indireta, federal, estadual e municipal, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que o(s) outorgante(s) seja(m) autor(es) ou reclamante(s) e defendendo-o(s), bem como substabelecer a presente com ou sem reserva de poderes se assim lhe convier, dando tudo por bom, firme e valioso.

PODERES ESPECIAS: confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, assinar declaração de hipossuficiência econômica, efetuar levantamento de alvará em secretaria.

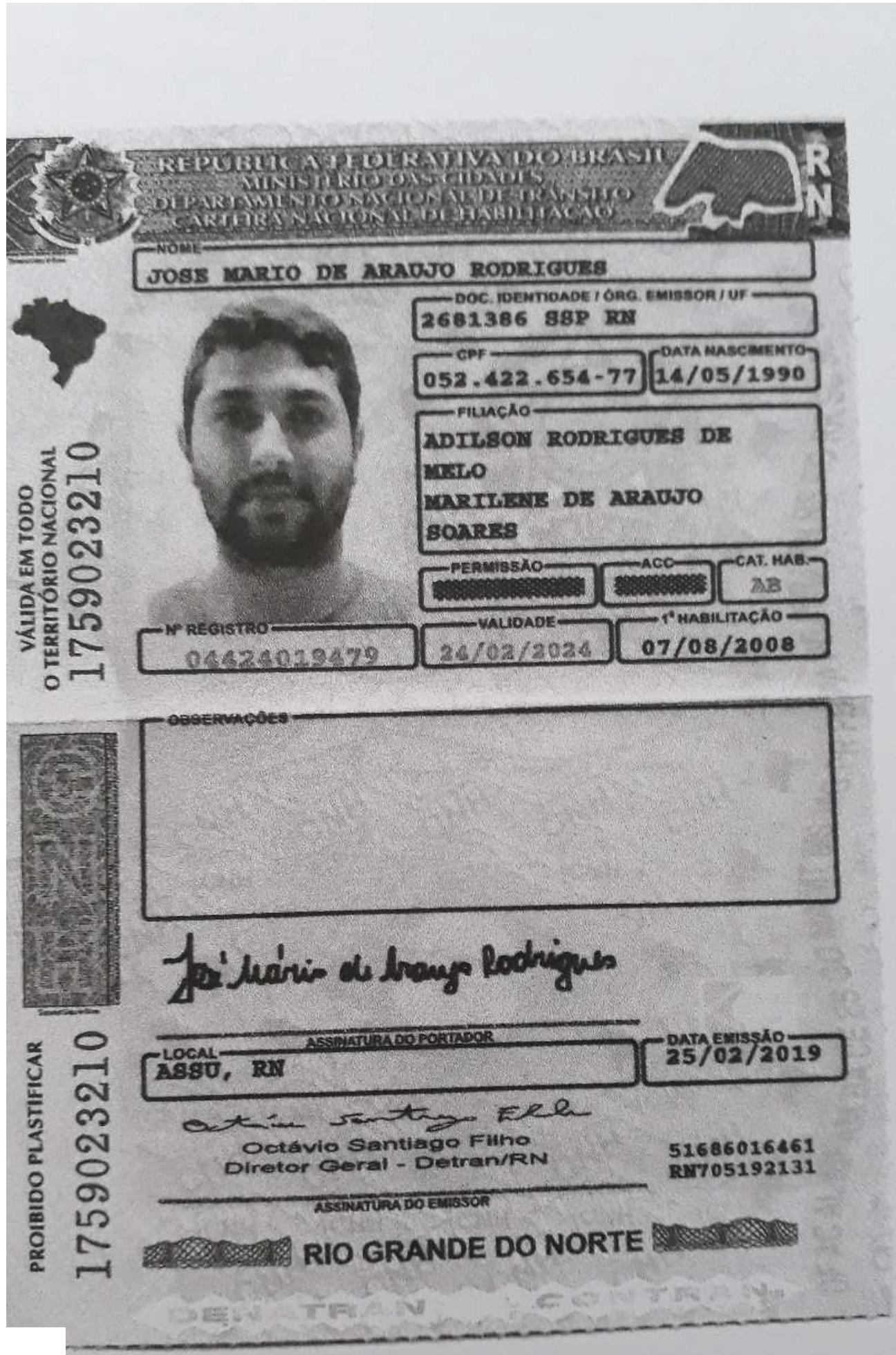
Assú/RN, 09 de dezembro de 2019.

José Mário de Araujo Rodrigues

OUTORGANTE



M F Empresarial
Praça do Rosário, nº 39, Sala 107, Centro – Assú
Contatos: (84) 99993-6867. E-mail: suenig





Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social
Polícia Civil
Delegacia Eletrônica



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Unidade Policial: DELEGACIA MUNICIPAL DE ASSU

Endereço: Rua João Pessoa, 598, Centro, AÇU, FONE/FAX: 3331-6596

1. IDENTIFICAÇÃO DO BOLETIM

1.1 Protocolo: J2019091000726

1.2 Data de Expedição: 11/06/2019 09:42:45

1.3 Tipo: ACIDENTE DE TRÂNSITO COM DANO

1.4 Ligou CIOSP: Não

2. DADOS DO LOCAL DO FATO

2.1 Data/Hora do Fato: 15/05/2019 11:45:00

2.2 Autoria: Conhecida

2.3 Fato: Consumado

2.4 Flagrante: Não

2.5 Meio(s) empregado(s): Veículo

2.7 Logradouro: PO ENTRE RIOS - ENTRE AS CIDADES DE ASSÚ E IPANGUAÇU/RN

2.6 Tipo do local: Rural

2.9 CEP:

2.8 Número: S/N

2.11 Ponto de Referência:

2.10 Complemento:

2.13 Cidade: AÇU

2.12 Bairro: ZONA RURAL - SITIOS E FAZENDAS

2.14 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

3. DADOS PESSOAIS DO COMUNICANTE (PESSOA FÍSICA)

3.1 Nome Completo: JOSE MARIO DE ARAUJO RODRIGUES

3.2 Estado civil: Solteiro(a)

3.3 Nome Social:

3.4 Pai: ADILSON RODRIGUES DE MELO

3.5 Etnia: Parda

3.6 Mãe: MARILENE DE ARAUJO SOARES

3.7 Sexo: MASCULINO

3.8 Orientação Sexual:

3.9 CPF: 05242265477

3.10 Identidade de Gênero:

3.11 Nacionalidade:

3.12 Data de Nascimento: 14/05/1990

3.13 Profissão: SOLDADOR

3.14 RG: 002681386 - ITEP/RN

3.15 Telefone(s): 84 999648294

3.16 Passaporte:

3.17 Número: 298

3.18 Naturalidade: NATAL - RN

3.19 Bairro: CENTRO

3.20 E-Mail:

3.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

3.22 Logradouro: RUA CARLOS RODRIGUES

3.23 Cidade: ALTO DO RODRIGUES

3.24 CEP:

4. DADOS PESSOAIS DA(S) VÍTIMA(S)

4.1.1 O DECLARANTE É A PRÓPRIA VÍTIMA

5. DADOS PESSOAIS DO(S) ACUSADO(S)

5.1.1 Nome Completo: A ESCLARECER

5.1.2 Alcunha:

5.1.3 Nome Social:

5.1.4 Pai:

5.1.5 Estado civil:

5.1.6 Mãe:

5.1.7 Etnia:

5.1.8 Identidade de Gênero:

5.1.9 Data de Nascimento:

5.1.10 Orientação Sexual:

5.1.11 RG: Não informado

5.1.12 Sexo: NÃO IDENTIFICADO / SEM INFORMAÇÃO

5.1.13 Profissão:

5.1.14 CPF:

5.1.15 Passaporte:

5.1.16 Nacionalidade:

5.1.17 Características:

5.1.18 CEP:

5.1.18 Logradouro:

5.1.19 Número:

5.1.20 Cidade:

5.1.21 Bairro:

5.1.22 Cidade:

6. DADOS PESSOAIS DA(S) TESTEMUNHA(S)

6.1.1 Nome Completo: ELTON ALMEIDA DE MELO

5.1.3 Estado civil: Casado(a)

6.1.2 Nome Social:

6.1.5 Identidade Gênero:

6.1.3 Etnia: Parda

6.1.7 Orientacão Sexual:

6.1.4 Mãe: MARIA DE ALMEIDA MELO

6.1.9 Pai: Parda

6.1.5 Sexo: MASCULINO

6.1.11 Data de Nascimento: 20/12/1982

6.1.6 CPF:

6.1.13 RG: 2368242

6.1.7 Nacionalidade:

6.1.15 Profissão: OPERADOR DE MAQUINAS

6.1.8 Passaporte:

6.1.18 CEP:

6.1.9 Logradouro: RUA CABO ZILMAR

6.1.20 Cidade: ALTO DO RODRIGUES

6.1.10 Número: 132

6.1.11 Bairro: NOVO HORIZONTE

6.1.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

6.1.22 Nome Completo: FRANCISCO ELIZEU OLIVEIRA DOS SANTOS

6.2.2 Nome Social:

5.2.3 Estado civil: Solteiro(a)

5.2.4 Etnia: Parda

6.2.5 Identidade Gênero:

5.2.5 Mãe: GERLIZA OLIVEIRA DA SILVA

6.2.7 Orientacão Sexual:

5.2.6 Sexo: MASCULINO

6.2.9 Pai: Parda

5.2.7 CPF:

6.2.11 Data de Nascimento: 05/09/1994

5.2.8 Nacionalidade:

6.2.13 RG: 240072043955

5.2.9 Passaporte:

6.2.15 Profissão: AJUDANTE

5.2.10 Logradouro: RUA VEREADOR JOÃO ZACARIAS

6.2.18 CEP:

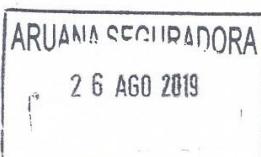
5.2.11 Número: 201

6.2.20 Cidade: ALTO DO RODRIGUES

5.2.12 Bairro: CENTRO

5.2.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

7. VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)



7.1.1 Segurado: Não
7.1.3 Chassi: *****00883
7.1.5 Placa: QGI2273
7.1.7 Marca: HONDA
7.1.9 Ano do Modelo: 2016
7.1.11 Cor do veículo: VERMELHA
7.1.13 Nota Fiscal:
7.1.15 Nome do proprietário: ADILSON RODRIGUES DE MELO
7.1.17 Nome do condutor: JOSÉ MARIO DE ARAUJO RODRIGUES
7.1.18 Observações:

7.1.2 Seguradora:
7.1.4 Renavam: 01084322053
7.1.6 Estado:
7.1.8 Modelo: NXR 160 BROS
7.1.10 Ano de Fabricação: 2015
7.1.12 Tipo do veículo: MOTOCICLETA
7.1.14 Número do Motor:
7.1.16 Vínculo com a Ocorrência: SUSPEITO

8. DADOS DA OCORRÊNCIA

9. DOS FATOS

9.1 Histórico

O COMUNICANTE COMPARCEU NESTA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL AFIRMANDO QUE NA DATA E HORÁRIO ACIMA MENCIONADOS TRANSITAVA NAS PROXIMIDADES DO Povoado ENTRE RIOS, ENTRE AS CIDADES DE ASSÚ E IPANGUAÇU/RN, QUANDO PASSOU POR UM BURACO E SE DESEQUILIBROU, VINDO A CAIR AO SOLO JUNTAMENTE COM A MOTOCICLETA SUPRATICADA. O COMUNICANTE AFIRMA QUE FOI SOCORRIDO PELO SAMU - VALE DO ASSÚ, SENDO LEVADO PARA O PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DA CIDADE DE ASSÚ/RN, CONFORME FICHA DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA APRESENTADA. REGISTRE-SE QUE, POSTERIORMENTE A VÍTIMA FOI TRANSFERIDA PARA O HOSPITAL WALFREDO GURGEL, NA CIDADE DE NATAL/RN, DEVIDO A GRAVIDADE DAS LESÕES. FRISE-SE QUE, EM DECORRÊNCIA DAS LESÕES, O COMUNICANTE VEIO A SE CIRURGIAR NA PRONTOCLÍNICA DR. PAULO GURGEL, NA CIDADE DE NATAL/RN. NADA MAIS DISSE. O COMUNICANTE ASSUME TOTAL RESPONSABILIDADE POR SUAS DECLARAÇÕES.

9.2 Informações do CIOSP

10. COMPLEMENTOS (ESSE BOLETIM NO FOI COMPLEMENTADO)

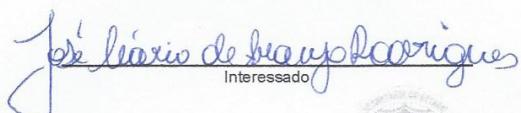
11. DECLARAÇÃO

O(s) declarante(s), sob as penas da Lei, confirmam que as informações aqui registradas são verdadeiras.

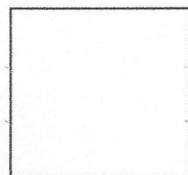
Data 11/06/2019 09:42:45



Policial



Interessado



Atendimento: 2084260 - Judson Abreu Ramos

Impresso por: 2084260 - Judson Abreu Ramos em 11/06/2019 09:43:40

FINAL DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

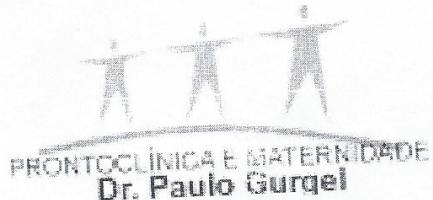
J2019091000726





Assinado eletronicamente por: SUENI BEZERRA DE GOUVEIA - 27/12/2019 14:09:15
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19122714091544800000050276156>
Número do documento: 19122714091544800000050276156

Num. 52110592 - Pág. 1



PRONTOCLÍNICA E MATERNIDADE
Dr. Paulo Gurgel

RUA MONTE SINAI, 1948 CID. JARDIM
FONE: (84) 4008-5000

ATESTADO

Atesto para os devidos fins que José Mário de
Araújo Ribeiro S

necessita se ausentar do Trabalho por 15
(quinze) dias
por motivo de doença.

C.I.D. 3826 + 2088

Natal, 23 de 05 de 2019

CRM 6595 - TECOT 14708

Oftopediatr - Pedi Tornezele

Dra. Djenno de C. Andrade

Assinatura do médico



Av. Rio Br. José Láuiz de Melo



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

3ª Vara da Comarca de Assu

RUA DR. LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AÇU - RN - CEP: 59650-000

PROCESSO 0804115-64.2019.8.20.5100

AUTOR: JOSE MARIO DE ARAUJO RODRIGUES

RÉU: SEGURADORA DPVAT

DESPACHO

Em sua petição inicial, a autora pleiteou pela concessão dos benefícios da gratuidade judiciária. Nesse aspecto, há de se ressaltar que sua concessão não está condicionada à demonstração de estado de miséria absoluta, fazendo-se mister, apenas, a comprovação, por parte de quem a pleiteia, da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família.

O Código de Processo Civil aduz expressamente, em seu art. 99, §2º[1]Desta feita, antes de indeferir o pedido, convém facultar à autora o direito de provar a impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo. Assim sendo, determino que a parte requerente apresente, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, sob pena do indeferimento do benefício, os seguintes documentos:

- I. cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, ou comprovante de renda mensal dos últimos 03 (três) meses, e de eventual cônjuge;
- II. cópia dos extratos bancários de contas de sua titularidade, e de eventual cônjuge, dos últimos 03 (três) meses;
- III. cópia dos extratos de cartão de crédito pertencente a si, dos últimos 03 (três) meses;
- IV. cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal.
- V. qualquer outro documento que julgue pertinente à comprovação do estado de hipossuficiência albergado pela lei.

Frise-se que a apresentação de todos os documentos acima elencados **não** é obrigatória, sendo faculdade da autora, parte interessada na concessão do benefício, o fornecimento daqueles que julgar suficientes à formação do convencimento deste Juízo, podendo, ainda, no mesmo prazo supracitado, recolher as custas judiciais e as despesas processuais, nessa mesma oportunidade, deverá colacionar aos autos a memória de cálculos, em que se embasa o valor da causa, para análise da competência desse juízo, sob pena de extinção prematura do feito, sendo desnecessária nova intimação.



NO MESMO PRAZO DEVERÁ A AUTORA alterAR o valor da causa, de modo a refletir o proveito econômico pretendido com o ajuizamento da presente demanda, sob pena de sua modificação *ex officio*.

Publique-se. Intime-se.

Escoado o prazo, *com ou sem resposta*, voltem-me os autos conclusos.

AÇU/RN, 7 de janeiro de 2020.

MARIVALDO DANTAS DE ARAUJO

Juiz de Direito

[1] Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§ 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.



JUNTADA CTPS



Assinado eletronicamente por: SUENI BEZERRA DE GOUVEIA - 09/01/2020 12:13:14
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20010912131476700000050394916>
Número do documento: 20010912131476700000050394916

Num. 52236428 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: SUENI BEZERRA DE GOUVEIA - 09/01/2020 12:13:15
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20010912131506800000050394918>
Número do documento: 20010912131506800000050394918

Num. 52236930 - Pág. 1

DADOS PESSOAIS DO TRABALHADOR			
GRUPO SANGUÍNEO FATOR RH	DIABETE <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	HEMORRAGIA <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	CON
ALERGIAS <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	EMPREGADO		
DOADOR DE ORGÃOS (Decreto nº 879, de 12 de junho de 1985) <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	CÓD. OFICINA ENDERÉSCO		
CARTEIRAS ANTERIORES			
NÚMERO: 16022936 SÉRIE: 0010 UF: RS DATA: 05/05/18 15/05/19			
DATA DA ANOTAÇÃO: 15/05/19 ASSINATURA DO EMPREGADOR NÚMERO: SÉRIE: UF: DATA DE EMISSÃO: 06/05/18			
DATA DA ANOTAÇÃO: 15/05/19 ASSINATURA DO EMPREGADO NÚMERO: SÉRIE: UF: DATA DE EMISSÃO: 06/05/18			

06

CONTRATO DE TRABALHO

RESPONDEDOR	
VOCÊ OFICINA	ENDERECO
MUNICÍPIO	UF
ESP. DO ESTABELECIMENTO	
CARGO	
DATA DE ACHADIAO	CBN
REGISTRO N.	
RECONHECIMENTO ESPECÍFICO	
DATA DE SAÍDA	
DATA DE RETORNADA	
DATA DE VOLTA AO LOCAL DE TRABALHO	

07





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

3ª Vara da Comarca de Assu

RUA DR. LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AÇU - RN - CEP: 59650-000

PROCESSO 0804115-64.2019.8.20.5100

AUTOR: JOSE MARIO DE ARAUJO RODRIGUES

RÉU: SEGURADORA DPVAT

DESPACHO

Em sua petição inicial, a autora pleiteou pela concessão dos benefícios da gratuidade judiciária. Nesse aspecto, há de se ressaltar que sua concessão não está condicionada à demonstração de estado de miséria absoluta, fazendo-se mister, apenas, a comprovação, por parte de quem a pleiteia, da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família.

O Código de Processo Civil aduz expressamente, em seu art. 99, §2º[1]Desta feita, antes de indeferir o pedido, convém facultar à autora o direito de provar a impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo. Assim sendo, determino que a parte requerente apresente, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, sob pena do indeferimento do benefício, os seguintes documentos:

- I. cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, ou comprovante de renda mensal dos últimos 03 (três) meses, e de eventual cônjuge;
- II. cópia dos extratos bancários de contas de sua titularidade, e de eventual cônjuge, dos últimos 03 (três) meses;
- III. cópia dos extratos de cartão de crédito pertencente a si, dos últimos 03 (três) meses;
- IV. cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal.
- V. qualquer outro documento que julgue pertinente à comprovação do estado de hipossuficiência albergado pela lei.

Frise-se que a apresentação de todos os documentos acima elencados **não** é obrigatória, sendo faculdade da autora, parte interessada na concessão do benefício, o fornecimento daqueles que julgar suficientes à formação do convencimento deste Juízo, podendo, ainda, no mesmo prazo supracitado, recolher as custas judiciais e as despesas processuais, nessa mesma oportunidade, deverá colacionar aos autos a memória de cálculos, em que se embasa o valor da causa, para análise da competência desse juízo, sob pena de extinção prematura do feito, sendo desnecessária nova intimação.



NO MESMO PRAZO DEVERÁ A AUTORA alterAR o valor da causa, de modo a refletir o proveito econômico pretendido com o ajuizamento da presente demanda, sob pena de sua modificação *ex officio*.

Publique-se. Intime-se.

Escoado o prazo, *com ou sem resposta*, voltem-me os autos conclusos.

AÇU/RN, 7 de janeiro de 2020.

MARIVALDO DANTAS DE ARAUJO

Juiz de Direito

[1] Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§ 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.



EXCELENTESSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUÍZ(A) DE DIREITO DA COMARCA DE ASSÚ/RN.

JOSÉ MARIO DE ARAÚJO, já qualificado nos autos em epígrafe, vem à presença de Vossa Excelência, em ação que move contra SEGURADORA LÍDER DPVAT ,apresentar **emenda à inicial**, nos termos do artigo 321 do Novo Código de Processo Civil, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

Em atenção ao despacho de Id, vem o Autor fazer juntada de CTPS que comprova a situação de desemprego(Id 52236930), bem como apresentar emenda à inicial para alterar o valor da causa, e os pedidos que constam da letra “d”, item IV- DOS PEDIDOS, para assim fazer constar:

a) a total procedência da presente demanda para após constatado mediante perícia médica judicial que a invalidez foi permanente e total, condenar ao pagamento de R\$ 11.813,00(onze mil oitocentos e treze reais) ou subsidiariamente, caso seja constatado que a sequelas foi parcial, condenar ao pagamento de indenização proporcional ao grau da sequelas , tudo de conformidade com a tabela de enquadramento da perda anatômica ou funcional do SUSEP aplicável ao Seguro DPVAT;

Dá-se a causa o valor de **R\$ 11.813,00(onze mil oitocentos e treze reais)** para fins de alçada.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Assú/RN , 15 de janeiro de 2020.



SUENI BEZERRA DE GOUVEIA
OAB/RN 9.010



Assinado eletronicamente por: SUENI BEZERRA DE GOUVEIA - 14/01/2020 23:45:25
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20011423452271000000050514977>
Número do documento: 20011423452271000000050514977

Num. 52367114 - Pág. 2



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

3ª Vara da Comarca de Assu

RUA DR. LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AÇU - RN - CEP: 59650-000

PROCESSO:0804115-64.2019.8.20.5100

AUTOR: JOSE MARIO DE ARAUJO RODRIGUES

RÉU: SEGURADORA DPVAT

DESPACHO

Defiro o requerimento de assistência judiciária gratuita, ante a afirmação da parte requerente ser necessitada de assistência judiciária e de achar-se em condição de pobreza jurídica, sob as penas da lei e de pagamento do décuplo das custas judiciais, na forma do disposto no art. 5º, LXXIV, da CF, art. 98 do CPC/2015 e dos arts. 2º, § único, e 4º, § único, da Lei de Assistência Judiciária Gratuita (Lei nº 1.060/50).

Considerando ser improvável a realização de conciliação neste caso, deixo de aprazar audiência de conciliação e, por ser premente a necessidade de realização de perícia médica judicial à análise do meritum causae, defiro, desde já, a produção da prova.

Cite-se a seguradora-ré para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, ocasião em que deverá apresentar quesitos técnicos respectivos à perícia judicial, bem como nomear seu assistente técnico.

Com a defesa, intime-se a parte autora, por seu advogado, para se pronunciar no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, ainda, apresentar sua quesitação pericial e nomear o respectivo assistente técnico, se assim desejar.

Ultrapassadas tais etapas, em atenção à celeridade processual, procedo à nomeação do médico Dr. Eduardo Chagas Carvalho, CRM/RN nº. 6860, CPF/MF nº. 030352564-97, RG nº. 2381637 SSP/PB, residente e domiciliado à Rua Padre Sandoval Ferrer, 380, Centro, São Bento/PB. Dados bancários: Banco do Brasil, agência 1134-7 e conta corrente nº. 13085-0, cuja aceitação do encargo deu-se mediante o comparecimento espontâneo a esta vara.

Fixados os honorários periciais no valor de R\$200,00 (duzentos reais), intime-se a seguradora-ré para que, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do término do prazo para manifestação da parte autora acerca de sua defesa, providencie o pagamento de tais honorários, sob pena de arcar com o ônus da não produção da prova.

Ato contínuo, comprovado o depósito judicial referido, determino o aprazamento da perícia médica pela Secretaria Judiciária, devendo as partes serem intimadas com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência, salientando-se que a eventual ausência da parte autora deve ser comprovadamente justificada, sob pena do prosseguimento do feito sem a produção da prova.

Nesse aspecto, determino que a intimação da parte autora dar-se-á pessoalmente, por carta ou mandado, dirigido ao endereço constante em seu comprovante de residência, e por intermédio de seu advogado constituído. Após a realização da perícia judicial, o laudo médico deverá ser apresentado pelo perito no prazo de 20 (vinte) dias.

Apresentado o laudo, intimem-se as partes para, no prazo comum de 10 (dez) dias, manifestarem-se, requerendo o que entenderem de direito. Havendo impugnação à prova, intime-se o perito judicial para que, também no prazo de 10 (dez) dias, apresente os esclarecimentos que julgar pertinentes.

Com a manifestação do profissional, intimem-se as partes para que, no prazo comum de 10 (dez) dias, tomem ciência da



resposta, expedindo-se o alvará judicial para levantamento dos honorários pelo perito.
Cumpridas as diligências ora determinadas em sua integralidade, voltem-me conclusos para sentença.
P u b l i q u e - s e .

Assu/RN, 03 de fevereiro de 2020

MARIVALDO DANTAS DE ARAUJO

JUIZ DE DIREITO

